

PARTE I – Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas que regulam a **Aquisição de serviços na área da programação cultural – Festa Mundial da Animação**, de acordo com as Cláusulas Técnicas descritas na parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª – Contrato

- 1 - O Contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2 - O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo como disposto no artigo 99.º, do Código de Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª – Prestação do serviço

O contrato mantém-se em vigor desde a data da sua assinatura e até à conclusão da prestação de serviços que deverá ocorrer nas datas referidas nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos, sem prejuízo das obrigações acessórias que devem perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 4.ª - Elementos que devem ser indicados na proposta

A proposta deve mencionar expressamente que ao preço indicado acresce IVA à taxa legal em vigor e fazer-se acompanhar da declaração a que se refere o artigo 57.º, n.º 1, al. a) do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP.

Cláusula 5.ª - Objeto do dever de sigilo

- 1 – O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 – A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, à exceção dos técnicos intervenientes na aquisição de serviços, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 – Excluem-se do dever de sigilo previsto no número anterior a informação e documentação que sejam comprovadamente domínio público à data da respetiva obtenção das mesmas pelo adjudicatário ou o que este seja legalmente obrigado a revelar por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
- 4 – O Adjudicatário responde perante a Entidade Adjudicante pela violação do dever de sigilo e pela quebra da confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1 da presente Cláusula.

Cláusula 6.ª - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 7.ª - Preço base

O preço base, sendo o entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade dos serviços a executar no presente procedimento é de **56.630,00 (cinquenta e seis mil, seiscentos e trinta euros)**, isentos de IVA.

Cláusula 8.ª - Preço contratual

- 1 – Pelos serviços e materiais objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade contratante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao serviço.

Cláusula 9.ª - Condições de faturação e de pagamento

- 1 - A quantia devida pela Entidade Adjudicante, será paga no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só será emitida após o vencimento da obrigação respetiva, sendo a mesma validada pelo Gestor do Contrato.
- 2 - Da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução daquela e consequente não reconhecimento da obrigação, para além dos elementos constantes do artigo 299.º-B do CCP quando se trate de faturação eletrónica.

3 - O fornecedor/prestador de serviço, caso reúna as condições de proceder à faturação eletrónica deverá remeter para o Município de Amarante as respetivas faturas eletrónicas, num dos seguintes formatos compatíveis:

- a) PDF da fatura assinado digitalmente (imagem da fatura)
- b) XML (dados desmaterializados da fatura) num formato standard (XML UBL2.1, Espap ou Cius-PT).
- c) Plataforma EDI

4 – O envio das faturas referidas nas alíneas a) e b) do n.º anterior devem ser exclusivamente remetidas para o correio eletrónico fatura.electronica@cm-amarante.pt

Cláusula 10.ª - Caução

Não é exigível a prestação de caução.

Cláusula 11.ª - Penalidades Contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade contratante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade contratante pode exigir-lhe uma pena pecuniária a 20% do preço contratual.
- b) Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade contratante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- c) A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- d) As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade contratante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª - Atraso nos pagamentos

1 - Em caso de atraso do primeiro outorgante no cumprimento das obrigações pecuniárias emergentes do presente contrato, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada pelo período correspondente à mora.

2 - A obrigação de pagamento de juros de mora vence-se imediatamente, sem necessidade de novo aviso, consoante o caso, uma vez vencida a obrigação pecuniária decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula 9.ª e sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 desta mesma cláusula.

Cláusula 13.ª - Incumprimento do contrato

1 - No caso de o adjudicatário não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, o contraente público notificá-lo-á dentro do prazo de 5 dias para efeitos de audiência prévia.

2 - Mantendo-se a situação de incumprimento após o decurso do prazo acima referido, o contraente público pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, ou por resolver o contrato em fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no artº 333º do CCP.

Cláusula 14.ª - Obrigação da manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias úteis ou superior, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Cláusula 15.ª - Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos no número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou propagações se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada a outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 17.ª - Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos nas alíneas do nº 1 do artigo 332º do CCP.

Cláusula 18.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal, Administrativo e Fiscal de Penafiel, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª - Cessão de posição contratual e subcontratação

Não há lugar a cessão da posição contratual e não é permitida a possibilidade de subcontratação.

Cláusula 20.ª - Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468º do Código dos Contratos Públicos, sendo efetuadas através de correio eletrónico.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.ª - Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

PARTE II – Cláusulas Técnicas

1) Responsabilidade da entidade adjudicatária

A proposta para a realização deste evento “Festa Mundial da Animação”, de 25 a 31 de Outubro, na modalidade “chave na mão”, inclui as seguintes prestações de serviços e sete dias de programação com: sessões de cinema (curtas e longas-metragens), workshops, masterclasses, conferências, mesas redondas, debates, exposições, apresentação de projectos e com convidados nacionais e internacionais de renome na área.

a) Sessões de Cinema (7 Curtas-metragens Por Sessão)	Quantidade
a. Prémio Nacional da Animação 2021 (Filmes das Três Categorias: Profissionais, Escolas e Oficinas);	3
b. Best of Estugarda (M/12);	1
c. Panorama Infantil (M/6);	1

d. Crias da Animação - programa especial para jardins de infância (M/3);	1
e. Panorama Juvenil (M/12);	1
f. Best of Animation Baden Wurtemberg (M/12);	1
g. Best Of Tricks For Kids (M/6);	1
h. Animação Portuguesa - programa especial;	1
i. Longas Metragens público geral;	5
j. Longa Metragem público infantil/infanto-juvenil/familiar;	1
k. Sessões Especiais (Retrospectivas, Exibições de Filmes de Autores Convidados);	3
l. Filme Especial de Celebração do Dia Mundial da Animação;	1
b) Workshops e Masterclasses	
a. Oficinas Para Estudantes e Profissionais da Animação	5
b. Oficinas Para Escolas Locais	4
c. Oficinas Para o Público-Geral	2
d. Oficinas Para Séniores (Uni. Sénior, Lares, etc.)	2
e. Oficinas Para A Educação Especial	2
f. Masterclasses Para Estudantes e Profissionais da Animação (Com Convidados Nacionais e Internacionais)	3
g. Mesas redondas / Conferências / Sessões informativas	3
h. Apresentação de Projectos Portugueses (Estudantes e Profissionais)	1
i. Painéis Sobre Financiamento e Produção de Cinema de Animação (Com Representante do ICA)	1
c) Exposições	
a. Transportes de exposições	
b. Produção de materiais para exposições	
c. Materiais de montagem	
d. Aluguer de Exposições	
e. Montagem	2 Pessoas
d) Sessão de Abertura	
a. Filme concerto + Performance	1
e) Sessão de Encerramento (cerimónia e festa)	
a. Performance Artística	1
b. Jantar Volante	150 pessoas
c. Aluguer de Espaço	1
f) Recursos Humanos, Organização, Coordenação e Produção do Evento	
a. Produção, Coordenação e Programação Geral (Equipa de Produção e Programação e Assistentes à Produção)	5 pessoas
b. Gestão de Cópias	1 pessoa
c. Responsável Técnico Audiovisual	1 pessoa
d. Legendagem Electrónica em Directo (Longas e Sessões)	5 pessoas
e. Traduções e Legendagens de Filmes (Longas e Curtas Metragens)	35
g) Licenças, Seguros e Deslocações	
a. Inspeção Geral das Actividades Culturais (Licenças de Representação e Pedido de Classificação Etária)	

b. Seguro de Responsabilidade Civil – Sessão de Encerramento	1
c. Seguros de Responsabilidade Civil (Alojamento de Estudantes)	1
h) Deslocações	
a. Nacionais - Deslocações de Convidados (Geral, Excepto Autores com Filmes em Competição)	59
b. Transporte de Materiais Para Oficinas a Leccionar e/ou Materiais de Exposição	
c. Internacionais – bilhetes de Avião	5
d. Transporte de Materiais Para Oficinas a Leccionar e/ou Materiais de Exposição	
i) Comunicação & Marketing	
a. Reportagem Fotográfica e Vídeo	1
b. Criação de Microweb site	1
c. Assessoria de Imprensa	1
d. Publicidade (Tradicional e Online)	1
e. Conceção e Design de Materiais Gráficos	1
f. Paginação	1
g. Impressão Programa (N.º de Exemplares)	250
h. Impressão Desdobráveis, Cartazes e MUPIs	a definir
i. Spot Promocional - Ilustração e Storyboard do Spot	1
j. Spot Promocional - Spot (30 Segundos)	1
j) Alojamento	
a. Alojamento de Convidados Nacionais e Internacionais (2 Noites Por Convidado)	30
b. Alojamento de Realizadores dos Filmes a Concurso (2 Noites por Realizador)	18
c. Alojamento de Jornalistas (2 Noites por Jornalistas)	4
d. Convidados Especiais (Representantes de Instituições Parceiras, etc.)	4
e. Membros do Júri do Prémio Nacional da Animação (6 Elementos)	6
f. Membros do Comité de Selecção Prémio Nacional da Animação (3 Elementos)	3
k) Alimentação	
a. Convidados Nacionais e Internacionais (30 Pax – 3 Dias)	180
b. Equipa de Produção e Técnica (5 Pax – 22 Dias)	220
c. PNA Seleccionados (18 Pax – 2 Dias)	72
d. Membros do Júri do Prémio Nacional da Animação e Comité de Selecção (9 Pax – 2 Dias)	36
e. Convidados Especiais – Jornalistas, Críticos, Agentes Culturais, Institucionais, etc. (8 Pax – 2 Dias)	32
l) Premiações	
a. Prémio Nacional da Animação – Filmes de Profissionais	1
b. Prémio Nacional da Animação – Filmes de Escolas	1
c. Prémio Nacional da Animação – Filmes de Oficinas	1
d. Prémio Nacional da Animação – Prémio do Público	1

2) Responsabilidade da entidade adjudicante/promotora

a) Alojamento e Deslocações	Quantidade
a. Alojamento para albergar alunos de todo o país em regime de sacos-cama em camarata. As infra-estruturas terão de ter acesso a WC, chuveiros (exemplo: pavilhões gimnodesportivos, quartel de bombeiros, albergues)	150 estudantes
b. Alojamento para a equipa da organização e equipa de produção: cerca de 2 semanas anteriores ao evento e até 2 dias após o encerramento.	6 pessoas
c. Transportes - serviço ocasional de recolha/entrega de convidados (aeroporto, central autocarros, estação de comboio)	A definir

Assinado com Assinatura Digital Qualificada
por:

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE
Presidente da Câmara Municipal
Município de Amarante
De acordo e para efeitos do disposto no Art.
34º e 35º da Lei 75/2013, de 12 de setembro
Data: 23-04-2021 16:01:01  globaltrustedesign.com